

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 30 questões objetivas, numeradas de 1 a 30. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A B C D**;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Reza a Constituição Federal de 1988, que completou 35 anos, que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e voto direto e secreto, com valor igual para todos. Com base nessa afirmativa contida no artigo 14, podemos concluir que:

- a) só podem votar no território brasileiro quem tem 18 anos de idade;
- b) o direito de votar só poderá ser exercido por quem tiver maiores condições financeiras comprovadas;
- c) o exercício da soberania popular nos termos da questão acima poderá ser exercido por meio do plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- d) só poderá votar quem declarar seu voto abertamente.

2) O alistamento eleitoral e o voto é obrigatório para:

- a) quem tem mais de 18 (dezoito) anos de idade;
- b) para os analfabetos;
- c) para os maiores de 70 (setenta anos);
- d) para os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.

3) Com base no artigo 5º da Constituição Federal todos são iguais, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nos termos do enunciado assinale a alternativa INCORRETA:

- a) ou seja, homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal;
- b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- c) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- d) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

4) Epifânio foi vítima de racismo em seu trabalho. Ao consultar o art. 5º, XLII, da CF/88, descobriu que a prática de racismo constitui crime:

- a) inafiançável, apenas sujeito a pena de detenção, nos termos da lei.
- b) inafiançável, apenas sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.
- c) inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) imprescritível, apenas, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.

5) Ao indivíduo que pretenda obter acesso a informações relativas a si próprio, constante de bancos de dados de entidades de caráter público, caberá, valer-se de:

- a) Habeas corpus
- b) Habeas data
- c) Mandado de injunção
- d) Mandado de segurança

DIREITO ADMINISTRATIVO

6) A respeito da Administração Pública, são princípios constitucionais explícitos:

- a) impessoalidade e eficiência.
- b) moralidade e razoabilidade.
- c) legalidade e proporcionalidade.
- d) publicidade e vedação ao retrocesso.

7) Conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- b) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- c) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.
- d) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

8) Com relação ao sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa previsto na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso ou culposo com fim ilícito, afasta a

responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

b) Não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

c) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas não abrangem a administração indireta.

d) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres público.

9) Com base na Lei 8.429/1992 e suas disposições penais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A aplicação das sanções previstas nesta lei independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

b) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

c) A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação da qual trata esta Lei, havendo comunicação com todos os fundamentos de absolvição previstos no art. 386 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

d) Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos desta Lei, tendo em vista o princípio da independência entre as instâncias.

10) Segundo a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), são princípios, EXCETO:

a) princípio da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

b) princípio da vinculação ao edital, da segurança jurídica e da defesa do consumidor.

c) princípio do planejamento, da transparência e da segregação de funções.

d) princípio da razoabilidade, da competitividade e da celeridade.

DIREITO CIVIL

11) Sobre capacidade e personalidade, marque o correto:

a) a personalidade civil da pessoa começa com a fecundação;

b) a menoridade cessa aos dezesseis anos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil;

c) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são considerados absolutamente incapazes;

d) toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

12) É nulo o negócio jurídico quando:

a) revestir a forma prescrita em lei;

b) por vício resultante de dolo;

c) por vício resultante de coação;

d) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.

13) Sobre o poder familiar, marque o CORRETO:

a) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores;

b) Os filhos adotivos não estão sujeitos ao poder familiar;

c) O filho havido fora do casamento não pode pedir pensão alimentícia aos pais e não se sujeita ao poder familiar, por ser considerado filho ilegítimo;

d) A mãe somente exerce o poder familiar em relação aos filhos na ausência ou impedimento do pai, que é o chefe da família.

14) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos, EXCETO aqueles:

a) nascidos 180 dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.

b) nascidos nos 300 dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte,

separação judicial, nulidade e anulação do casamento.

c) havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.

d) havidos por inseminação artificial heteróloga, dispensada prévia autorização do marido.

15) A respeito do regime de bens, a legislação vigente estabelece que:

a) caso uma pessoa casada pelo regime da comunhão parcial de bens seja a ganhadora de um prêmio em dinheiro mediante sorteio da loteria oficial, o valor será de sua exclusiva propriedade e não integrará o patrimônio comum do casal.

b) o cônjuge pode dar em garantia bem imóvel independente de autorização de seu consorte, desde que prove que o bem não integra o patrimônio comum do casal.

c) o regime da comunhão parcial de bens é o regime legal supletivo tanto no casamento como na união estável, de modo que os bens adquiridos onerosamente por qualquer um dos cônjuges ou companheiros devem ser partilhados, independentemente de prova do esforço comum.

d) o regime de bens no casamento deve ser escolhido pelos cônjuges por meio de pacto antenupcial, negócio jurídico solene e que exige instrumento público para a sua validade e que gera efeitos a partir da celebração do casamento, tornando imutável o regime na vigência da sociedade conjugal.

PROCESSO CIVIL

16) Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei;

b) Será representado em juízo, ativa e passivamente, o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada;

c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício;

d) Os Estados e o Distrito Federal não poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor

de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.

17) Assinale a alternativa CORRETA:

a) No curso do processo, não é lícita a sucessão voluntária das partes;

b) A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, altera a legitimidade das partes;

c) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

d) Pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas não poderá intervir no processo para assisti-la.

18) Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte;

b) Incumbe ao oficial de justiça fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre que possível na presença de duas testemunhas, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora;

c) A toda causa será atribuído valor certo, exceto quando não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível;

d) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

19) Assinale a alternativa CORRETA:

a) Considera-se inepta a petição inicial quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

b) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 10 (dez) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

- c) O autor poderá, até a audiência de instrução e julgamento, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;
- d) O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando houver necessidade de produção de outras provas;

20) Sobre os recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A qualquer tempo, o recorrente somente poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes;
- b) Dos despachos cabe recurso de apelação;
- c) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso.
- d) Excetuado o agravo de instrumento, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

DIREITO PENAL

21) É causa extintiva de punibilidade, conforme previsão no art. 107 do Código Penal:

- a) a morte da vítima;
- b) a redução da pena prevista em lei posterior à ocorrência do fato;
- c) a detração;
- d) a *abolitio criminis*.

22) Marque a alternativa CORRETA conforme previsão no Código Penal:

- a) a subtração ocorrida no período noturno configura qualificadora do crime de furto;
- b) a subtração ocorrida no período noturno configura causa de aumento de pena no crime de furto;
- c) a subtração ocorrida no período noturno configura qualificadora do crime de roubo;
- d) a subtração ocorrida no período noturno configura causa de aumento de pena no crime de roubo.

23) Com relação aos crimes contra a dignidade sexual previstos no Código Penal, é correto afirmar:

- a) Caso A e B, empresários, constroem C, funcionário da empresa, a permitir passar a mão

em suas pernas, usando da ascendência hierárquica na empresa, praticam estupro coletivo;

b) Caso A e B constroem C, mediante ameaça, a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal, praticam estupro coletivo;

c) O ato de A e B, empresários, constroem C, funcionário da empresa, a permitir passar a mão em suas pernas, usando da ascendência hierárquica na empresa, configura o crime de importunação sexual;

d) Caso A e B, empresários, induzam C, menor de 14 (catorze) anos de idade, a satisfazer a lascívia de outrem, praticarão o crime de divulgação de estupro.

24) Nos denominados "crimes de bagatela", ocorre

- a) causa obrigatória de diminuição de pena.
- b) exclusão da antijuridicidade material.
- c) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.
- d) inexigibilidade de conduta diversa.

25) A absorção do crime-meio pelo crime-fim configura aplicação do princípio da

- a) consunção.
- b) especialidade.
- c) subsidiariedade.
- d) sucessividade.

PROCESSO PENAL

26) Segundo o Código de Processo Penal, compete especialmente ao juiz das garantias:

- a) Zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo.
- b) Ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.
- c) Receber a comunicação imediata da prisão nos termos do inciso LXII do caput do art. 5º da Constituição Federal.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

27) Sobre o INQUÉRITO POLICIAL, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública incondicionada poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a

procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

b) Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

c) Para verificar a possibilidade de a infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, em qualquer situação ou circunstância.

d) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

28) Assinale a alternativa CORRETA em relação às provas no processo penal:

a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

b) As provas ilícitas são admissíveis no processo desde que sejam as únicas existentes para comprovar a existência de uma infração criminal.

c) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível poderá proferir a sentença ou acórdão.

d) O exame de corpo de delito não poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

29. Assinale a alternativa CORRETA em relação à ação penal:

a) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de

requisição do Ministro da Justiça, ou de representação exclusiva do ofendido.

b) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

c) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as condições previstas em lei.

d) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Poder Judiciário, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

30. Assinale a alternativa CORRETA em relação às medidas cautelares e à audiência de custódia:

a) A aplicação das medidas cautelares deve observar a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais.

b) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.

c) As medidas cautelares não podem ser aplicadas cumulativamente.

d) Se durante a audiência de custódia, o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá conceder a liberdade provisória com medidas cautelares.

